

# Ação política e convivência tática: os grupos de esquerda no Borel durante a reabertura

Mauro Amoroso<sup>1</sup>

## Resumo

O presente artigo analisa a atuação dos grupos de esquerda no Borel a partir da reabertura política em meados da década de 1970. Nesse período, essa favela será um dos palcos para as propostas de ação política desses grupos perante as camadas populares. Cada um desses atores possuía suas próprias características, projetos e formas de agir. Portanto, entender o modo como ocorreu seu convívio e sua interação com os moradores desse local contribui para a compreensão da dinâmica política do período, principalmente no tocante ao papel que esses sujeitos sociais pretendiam apregoar às favelas e seu movimento associativo.

## Palavras-chave

Favela do Borel; Grupos de esquerda; Associativismo

## Political action and interaction tactic: the left groups in Borel during the reopening

## Abstract

This article analyzes the performance of left groups in Borel from the middle of the 1970's. In this period, this slum will be one stage for the action proposals politics of these groups for the popular classes. Each one of these actors had its proper characteristics, projects and forms to act. Therefore, to understand the way as it occurred its conviviality and its interaction with the inhabitants of this place contributes for the understanding of the political dynamics of the period, mainly in regards to the role that these social actors intended to proclaim to the slum quarters and its associative movement

## Keywords

Borel slum; Left groups; Associativism

O objetivo do presente artigo é analisar a atuação de grupos políticos de oposição à ditadura na favela do Borel, na virada da década de 1970 para 1980. Esse local possui um histórico de mobilização de moradores, capitaneado pelo PCB, que data de meados dos anos 1950, quando foi criada a União dos Trabalhadores Favelados (UTF), um dos primeiros órgãos do tipo, e com o projeto de congregar outras favelas. Posteriormente, surgiram outros órgãos com o objetivo de reunir demais movimentos de moradores de favelas, como a Coligação de Trabalhadores Favelados, de 1959, e a Federação de Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG). Porém, o golpe de 1964 desarticula esses movimentos, e com o recrudescimento político, sobretudo com o AI-5, tais associações perdem seu caráter combativo e unificador, passando o associativismo de favelas, muitas vezes, a se restringir a questões locais.

Porém, com a reabertura política que se anuncia a partir de meados de 1970, coloca-se um novo cenário. O grau de repressão que se segue após o AI-5 representou, dentre outros fatores, em uma perda de quadros para os grupos de oposição à ditadura. Assim, estes direcionam o seu olhar para as favelas como forma de luta política, aproximação com os movimentos populares e a busca por meios de recompor seus quadros, muitas vezes através da reativação de contato com antigas lideranças do pré-1964. No entanto, no caso do Borel, há uma outra questão para a qual se deve atentar. Se nos anos 1950 notamos a preponderância do PCB à frente dessas ações, o período de reabertura traz novos atores que concorrem pelo mesmo espaço. Desse modo, olhar o convívio entre esses grupos é uma maneira de entender como eles rearticularam seus projetos políticos e qual papel das classes populares nestes.

## **O campo político fluminense e as eleições de 1982**

A conjuntura que se desenha a partir do golpe de 1964 acaba por afetar o quadro político do Rio de Janeiro, assim como demais regiões do Brasil. Com o golpe, ocorrem diversos realinhamentos, e no caso do MDB, partido de oposição institucionalmente legalizado, é possível observar a existência de duas correntes, o que gera uma situação de conflito dentro do partido. A primeira, composta pelos políticos que se colocavam como de oposição real ao regime. A segunda, mais alinhada com os militares e ligada ao grupo de Chagas Freitas, deputado federal eleito com ampla margem de votos em 1966 que viria a ser governador do estado da Guanabara (1971-1975) e, após a fusão, do Rio de Janeiro (1979-1983). A década de 1970 aponta para a maior consolidação do poder do grupo ligado a Freitas e de seu estilo próprio de fazer política no campo político do estado<sup>2</sup>.

No tocante às favelas, o período de consolidação do “chaguismo” é concomitante ao declínio da política de remoções que foi o carro-chefe da abordagem estatal para essas áreas<sup>3</sup>. As remoções contribuíram para a desarticulação da estrutura da prática política nas favelas, esvaziando o caráter reivindicatório de suas associações de moradores, gerando, desse modo, uma situação de reprodução do sistema de dominação geral em vigência no país (BURGOS, 1998). Marcelo Burgos observa que, inclusive, um dos objetivos dessa política era a desfiguração do morador de favelas como ator político.

Após a reforma que extingue o bi-partidarismo, em 1979, um novo desenho do quadro político vai ganhando consistência. Seus contornos são fundamentais para se entender o resultado final das eleições de 1982, que dentre seus aspectos podemos destacar que mesmo com a continuidade das antigas siglas, menos da metade dos eleitores se mantiveram fiéis a elas. Isto que pode ser atribuído à conjugação de dois elementos: um quadro de ampla insatisfação com o governo e a questão do poder decisório do voto no primeiro pleito para o governo estadual em 17 anos (SOUZA, LIMA JUNIOR; FIGUEIREDO, 1985).

No período que vai de 1975 a 1982, um dos aspectos das relações entre favelas e Estado é o distanciamento entre a vida social da favela e a vida política da cidade em um quadro que vai do clientelismo ao “ressentimento”. Tal afirmativa se baseia em um panorama de deslegitimação do poder público nesses espaços, uma vez que sua entrada nesse campo é caracterizada pela troca de pequenos favores em um contexto da necessidade de consolidação das favelas ante a ameaça remocionista, conforme colocado por Burgos. O ressentimento observado pelo sociólogo revela uma concepção de um cálculo maximizador perante o perigo real da extinção dos locais de moradia dessa população, no qual a luta por direitos é substituído pela realização desses pequenos favores, daí a denominação da “apatia”<sup>4</sup>.

Com relação ao plano nacional, em um primeiro momento, a reforma política de 1979 impede o choque entre as facções internas do MDB, que passa a ter o predomínio dos membros ditos “combativos” devido à migração do grupo chaguista para o recém-criado Partido Popular (PP). No entanto, a tensão entre esses dois grupos acabaria por ocorrer mais à frente, com a reincorporação pelo agora PMDB dos partidários de Chagas Freitas motivada pelas recapitulações do governo federal ante as eleições municipais e estaduais previstas para 1982. Essa reincorporação, inclusive, levaria a uma migração de políticos opositoristas do PMDB, o esvaziando e intensificando sua pecha de identificação com o “chaguismo”, em um contexto em que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro é vista

pela população como mera ratificadora do poder executivo estadual, perante uma população cada vez mais insatisfeita com Chagas Freitas e seu grupo político (SOUZA, LIMA JUNIOR; FIGUEIREDO, 1985). Deve ser chamada a atenção para o fato de que a junção do PP ao PMDB não ocorreu de forma pacífica, uma vez que o diretório fluminense deste não aceitava a fusão e era rompida com Chagas e seus partidários. Na verdade, o episódio retrata uma disputa de poder, uma vez que os próprios chaguistas impuseram restrições a sua ida para o PMDB, mas apenas como uma estratégia para garantir que caso a união realmente ocorresse, teria que ser de acordo com a garantia de seus interesses (SARMENTO, 2008).

Esse foi o pano de fundo político sobre o qual se disputaram as eleições de 1982. Através da conjugação desses elementos, é possível observar o uso das máquinas partidárias e o posicionamento de antigas lideranças, assim como o reingresso na cena pública dos que retornaram com a anistia. Em um primeiro momento, duas máquinas políticas chamam atenção: a primeira, conjugando os nomes de Chagas Freitas e seu candidato à sucessão, Miro Teixeira, e o PMDB. A segunda, Amaral Peixoto e Moreira Franco, com o PDS e o respaldo do governo federal (SENTO-SÉ, 1999).

Também deve ser mencionada a disputa em torno de elementos simbólicos que remetessem ao período anterior a 1964, como a legenda do PTB e a herança varguista. Ironicamente, vemos o lançamento da candidatura da lacerdista e arenista Sandra Cavalcanti pelo PTB, que inicialmente acabou liderando as intenções de voto<sup>5</sup>. Na visão dos correligionários do PMDB, Cavalcanti procuraria evitar a nacionalização do debate na corrida eleitoral, devido às suas ligações com o regime militar, que era amplamente desaprovado pela população do Rio de Janeiro à época. Essa configuração acabaria por dotar Miro Teixeira de uma aura opositorista, um fator positivo se levar-se em consideração a baixa popularidade do governo federal e dos partidários do golpe, e que viria bem a calhar com possíveis inconvenientes que poderiam decorrer da ligação entre Miro e Chagas. A posterior ascensão de Teixeira nas pesquisas parecia confirmar o acerto das teses pmdbistas (SARMENTO, 2008).

No entanto, nenhum dos atores envolvidos na disputa eleitoral pareceu levar em conta o retorno de Brizola ao país e à prática política, além dos possíveis espaços abertos que poderiam ser encampados por essa antiga liderança trabalhista (SARMENTO, 2008). Os próprios chaguistas viriam a não desejar a nacionalização do discurso na disputa com Brizola, mais solidamente identificado como opositor aos militares e herdeiro da tradição varguista. Um outro fator que se revela-

ria fundamental do ponto de vista estratégico se relaciona às novas estratégias de comunicação, em rádio e televisão. Apesar de, em situações anteriores, Chagas Freitas ter demonstrado bom uso de meios de comunicação para a construção de resultados eleitorais positivos, sobretudo através de seus jornais, seu grupo não se mostrou tão bem adaptado e cômico, ao contrário de Brizola, da importância desses veículos de mídia conforme mostra a análise do desempenho nos debates neles realizados (SARMENTO, 2008). A importância desses canais de comunicação são ressaltadas pelos cerceamentos à propaganda eleitoral presentes na lei Falcão (SENTO-SÉ, 1999). Outro elemento de desestabilização que contribuiu para a derrocada da candidatura de Miro Teixeira foi a crise que se instalou entre este e a máquina chaguista, com a aproximação do candidato com os chamados “Luas Pretas”<sup>6</sup>, o que resultou na retirada de apoio de Freitas. O caminho tendia a uma polarização contra Chagas Freitas e sua imagem associada ao governo, e a candidatura de Brizola acaba recebendo apoio de nomes simbólicos da esquerda brasileira, como Luís Carlos Prestes e Francisco Julião (SENTO-SÉ, 1999).

A vitória de Leonel Brizola em 1982 pode ser explicada, dentre outros fatores, pela imagem de aversão e descrença daquilo que poderia ser identificado como “governo” pelo eleitorado. Essa postura se intensificava em escala local, gerando resultados negativos concretizados no repúdio à figura de Chagas Freitas e ao que se relacionasse a ela, o que acabou sendo o caso do candidato Miro Teixeira (SOUZA, LIMA JUNIOR; FIGUEIREDO, 1985). Nesse caso, a aura em torno da candidatura de Brizola foi sendo impregnada por aspectos de novidade no imaginário político dos eleitores, abrindo um campo de possibilidades que negassem o viés percorrido pela esfera política a partir de 1964 (SENTO-SÉ, 1999). Mesmo os atores que antes se identificavam como de oposição foram suplantados pelo candidato do PDT. Os setores de esquerda tradicionais, que se viam como os legítimos representantes das aspirações populares, foram amplamente superados pela campanha do candidato Brizola. Tal situação tem como um de seus meandros explicativos o fato desses mesmos setores não terem conseguido escapar da interpretação do corpo eleitoral que associava tudo o que era relacionado ao regime, incluindo seus opositores, a uma página que não deveria ser apenas virada, mas superada, da história política brasileira (SARMENTO, 2008).

O fenômeno que representou o crescimento da candidatura de Brizola teve como um de seus agentes impulsionadores o engajamento de cidadãos tradicionalmente afastados do fazer político (SARMENTO, 2008), em uma disputa que revela uma intensa mobilização, que não foi favorável a todos os partidos, do eleitorado (SOUZA, LIMA JUNIOR; FIGUEIREDO, 1985).

Sobre o resultado das eleições e seus significados:

A manifestação das urnas infligiu fragorosa derrota a Miro Teixeira e ao PMDB, relegando-os a um modesto terceiro lugar no conjunto da votação estadual, com menos de 20% do total apurado. Os vencedores indiscutíveis foram Brizola e o PDT, com 31,4% dos votos, seguidos por Moreira Franco e o PDS, com 28,1%. O quarto lugar na ordem das preferências do eleitorado coube à Sandra Cavalcanti e o PTB, com cerca de 10% dos votos. Lysâneas Maciel e o PT chegaram em último lugar, com menos de 3% dos votos. Deve-se também acrescentar que a derrota do PMDB foi agravada pelo sacrifício dos candidatos mais expressivos de sua ala independente, com perfil ideológico mais nítido. Assim, embora o grupo chaguista perdesse o comando do voto opositor no estado, não o perdeu sobre o partido, cabendo a seus candidatos significativa parcela dos cargos conquistados pelo PMDB nos legislativos estadual e federal. (SOUZA, LIMA JUNIOR; FIGUEIREDO, 1985, p.11)

### **Ação política no Borel: grupos de esquerda e convivência tática**

Conforme visto, o final dos anos 1970 representou um rearranjo das configurações políticas e partidárias no Brasil. No tocante às favelas, o ano de 1979 marca a retomada do movimento associativo (BURGOS, 1998, PANDOLFI & GRYSZPAN, 2002). Surgem, assim, o Movimento de Reorganização da Associação de Moradores (MORA), na Rocinha, a Comissão de Defesa das Favelas da Maré (CODEFAM), além da reativação da Federação de Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) (PANDOLFI & GRYSZPAN, 2002). No tocante ao poder público, em sua esfera federal, a grande iniciativa implementada foi o Programa de Erradicação de Favelas (PROMORAR), que ficou conhecido como Projeto Rio, cuja realização se inicia em 1979. Seus objetivos abarcavam diversos pontos como o controle dos focos de poluição da Baía de Guanabara, solucionar o problema de saneamento ambiental nas ilhas do Fundão e Governador, prover solução para o sistema viário, no que diz respeito à Avenida Brasil, ordenar o espaço urbano e, a principal diferença com relação às políticas remocionistas da CHISAM<sup>7</sup>, recuperar e urbanizar as favelas dos locais de desenvolvimento do projeto, privilegiando a permanência de seus moradores (ABRANTES, 1986). A área inicial escolhida para a realização do Projeto Rio foi o conjunto de favelas da Maré, e a criação da CODEFAM pode ser relacionada a formas de mobilizar resistência

contra possíveis ameaças de remoções (ABRANTES, 1986; BURGOS, 1998; PANDOLFI; GRYNSPAN, 2002).

A eleição de Brizola tem sido considerada um marco nas mudanças entre as relações das favelas com o poder público, através da opção pela urbanização ao invés da remoção, e no investimento em programas que consolidassem essas áreas, seja através da tentativa de regularização da propriedade (“Cada Família um Lote”), ou através da melhorias da infra-estrutura urbana (“Programa de Favelas da CEDAE – PROFACE”) (PANDOLFI; GRYNSPAN, 2002). O governador eleito em 1982 deixa claro qual seria sua postura em relação às favelas logo no princípio de seu governo, conforme entrevista de 1983 citada pelo historiador Mário Brum: “Quando se considera a favela algo de incômodo, algo que tem de terminar, algo que tem que ser removido, algo que é uma ferida no rosto desta linda cidade, pouca importância se dá ao que ela deva merecer, e na hora da distribuição do investimento ninguém se lembra dela” (BRUM, 2006: 108). Contudo, deve-se atentar para algumas críticas feitas, como é o caso de Marcelo Burgos, a certos aspectos dessa administração estadual, que não conseguiu superar a divisão simbólica entre os mais financeiramente abastados e os desprivilegiados, além de canibalizar a máquina chaguista e transformar as associações de moradores em braços do Estado, o que acabou por reduzir sua função mobilizatória de reivindicações (BURGOS, 1998).

Nísia Trindade realizou uma pesquisa de campo em favelas como Salgueiro e Borel com o intuito de compreender as formas de mobilização e participação política de moradores de favelas tendo como pano de fundo as campanhas para as eleições de 1982. Apesar do clima de mobilização que se instaura com a proximidade do pleito, a socióloga coloca o seguinte quadro com relação às favelas: “mesmo com o desenvolvimento de associações voluntárias discute-se a pequena participação do conjunto de associados em suas atividades, e a falta de informações que normalmente se concentra na diretoria em grupos mais “mobilizados” (LIMA, 1982, p. 2).

A própria pesquisadora, embasada em seu trabalho de campo, afirma que esse quadro não se aplica de forma uniforme em todas as favelas. No entanto, suas colocações abrem portas para certas considerações. Muitas vezes a perda do referencial mobilizatório das associações de moradores de favelas é relacionada ao seu encampamento pela máquina pública, o que de fato começa a ocorrer na primeira administração de Brizola. As melhorias de infra-estrutura e a participação das associações na gestão de recursos por vezes são apontadas como fatores desmobilizatórios, a exemplo da afirmação de Itamar Silva, liderança comunitária do Santa Marta e um dos fundadores do grupo ECO<sup>8</sup> (PANDOLFI; GRYNSPAN, 2003, p. 320):

O início da década de 1980 foi as comunidades de favela mostrando a força da reivindicação (grifos meus). Aí vieram os benefícios. Tivemos a experiência do Cantagalo, um sinal de que a urbanização era possível e que era importante investir nas favelas. Depois veio o Proface em várias comunidades (...). Nessa hora começa o afastamento, porque as pessoas sentiram que não precisavam mais fazer tanta força.

O maior envolvimento com a máquina pública durante a administração de Brizola teria tido conseqüências dentro da própria FAFERJ, ainda segundo Itamar Silva (PANDOLFI; GRYNSZPAN, 2003, p. 322): “(...) das relações que a FAFERJ estabeleceu com o próprio poder público; ganhou aquela sede da rua República do Líbano, toda reformada, dinheiro do governo Brizola. Aliás, alguns membros da diretoria entraram para o governo, e essa relação ficou muito complicada”.

Não creio que se deva corroborar ou negar a interpretação das novas relações entre poder público e associações de moradores de favelas como um fator mobilizatório. No entanto, a partir da já citada afirmação de Nísia Trindade, acredito ser válido que se mantenham aberturas para considerações da menor participação de moradores de favelas nas associações possuírem causas anteriores à administração estadual de Brizola, tendo em vista que o estudo de Trindade ocorreu antes dos resultados do pleito de 1982. Cabe a questão: essa tendência não seria parte de um processo que já vinha ocorrendo, ainda mais ao levar-se em conta que estávamos saindo de uma ditadura com sólidos dispositivos de restrição à mobilização reivindicatória?

O relato de Nísia Trindade sobre a situação que encontrou na favela do Borel revela uma população com um considerável grau de mobilização, e é interessante notar que a mesma não passa exclusivamente pelo crivo da associação de moradores, o que não quer dizer que a mesma seja esvaziada. Além da associação, foram encontrados no local um centro comunitário originário de um projeto da antiga FUNABEM, cujo representante no local concorreria como deputado estadual em 1982, com ligações a atividades desenvolvidas pelo representante da Pastoral de Favelas, padre Olinto Pegoraro.

As temáticas que permearam as eleições de 1982, sobretudo nas questões relativas às favelas, tiveram ressonância local: “a questão da luta pela democracia, da oposição ao governo federal apareceram em todas as entrevistas realizadas” (LIMA, 1982, p. 6). Os moradores entrevistados também construíram seus próprios significados acerca do perfil dos candidatos ao governo do estado, tendo

em vista seu histórico na vida política nacional, o que chegou a gerar alguns constrangimentos para a candidata Sandra Cavalcanti<sup>9</sup>, identificada pelos moradores como (LIMA, 1982, p. 7)

inimiga desta população e responsável por uma série de remoções à época do governo Carlos Lacerda (...). A influência do tratamento dispensado às favelas e da identificação dos candidatos enquanto mais ou menos propensos a defenderem a política de urbanização se fará sentir de forma clara tanto no Borel como no Salgueiro. No caso da primeira comunidade, após manifestação de protesto quando da visita da candidata Sandra Cavalcanti ao morro, ela passa gradativamente a perder suas bases de apoio.

Um ponto para o qual gostaria de atentar é a pluralidade de perfis dos grupos militantes encontrados por Lima no Borel. As diferenças entre eles englobam faixa etária, origens (ligados a partidos, à Igreja ou outra instituição, “de dentro” ou “de fora” da favela), locais e formas de atuação. Com relação aos locais de convívio, foram encontradas diferenças na faixa etária. Na sede da Associação de Moradores, foi notada a presença, em média, de pessoas maiores de 30 anos, enquanto o Centro Comunitário era freqüentado pelos mais jovens, muitas vezes interessadas nas atividades culturais e recreativas (LIMA, 1982, p. 9).

Essas instituições possuíam uma “convivência tensa, algumas vezes solidária e outras de conflito latente”, sem que se revelasse “no entanto, uma oposição explícita de uma entidade com relação a outra” (LIMA, 1982, p. 10). Com relação às impressões mútuas desses grupos, mais uma vez utilizei as palavras da pesquisadora (LIMA, 1982, p. 10):

(...) comportamento de lideranças que vinham “de fora” realizar alguns trabalhos no morro (recreação, entre outros) e tinham um estilo de comportamento estranho para os moradores (falar em voz alta na igreja, mulheres bebendo cerveja no bar da associação, roupas “esquisitas”, entre outras observações)

Gostaria de chamar atenção para dois aspectos a partir da observação de Nísia Trindade. O primeiro, relacionado à questão etária. Conforme abordado anteriormente, existia uma convivência entre diferentes gerações de grupos políticos nessa favela, com concepções e formas de atuação distintas. O segundo, diz respeito aos “de fora” que vinham desenvolver trabalhos recreativos, que na verda-

de, poderiam ser considerados como parte de um trabalho político ligados a grupos de esquerda. Os entrevistados para minha pesquisa colocaram três grupos majoritários atuando no Borel nessa época<sup>10</sup>. O Partido Comunista Brasileiro, que desenvolvia um trabalho desde a década de 1950 e possuía uma tradicional relação com a Associação de Moradores. No entanto, também se nota a atuação do MR-8 e da Ação Popular (AP) no local. Este último tinha como característica justamente o desenvolvimento de atividades educacionais, além do contato a Igreja Católica, no caso do Borel, personificada na figura do padre Olinto. Portanto, o estranhamento de posturas como “mulheres bebendo cerveja no bar da associação” podem estar relacionadas a concepções diferentes, dentro da questão das gerações, sobre posturas comportamentais. Mas também deve ser relacionado a essas questões o componente político, de pertencimento a diferentes grupos. Afinal, as “reclamações” citadas foram observadas em entrevistas na sede da Associação, reduto não apenas de pessoas de uma faixa etária maior a 30 anos, mas tradicionalmente associada, pelo menos até aquele momento, a militantes do PCB, com suas próprias noções sobre condutas comportamentais.

Traçarei algumas breves considerações sobre a AP e o MR-8 antes de adentrar na análise da relação de convivência entre esses grupos no Borel, incluindo o PCB, e o envolvimento de todos na elaboração da obra de Manoel Gomes. A AP foi fundada no início da década de 1960. Inicialmente influenciada pela doutrina católica, a partir de 1968 aderiu ao marxismo-leninismo<sup>11</sup>. Seu objetivo foi conjugar pensamento e ação na esquerda católica, proporcionando transformações nas esferas política e social do Brasil pelo agir, e não apenas pelo campo da religião. A Ação Popular chegou a ser uma alternativa ao PCB para a militância de esquerda, atraindo universitários, operários urbanos, profissionais liberais, artistas, dentre outros, e se auto-afirmava como um movimento político e humanista independente da Igreja, mesmo estando a ela ligado. Sua ascendência no meio universitário foi grande, com alguns de seus membros chegando a alcançar cargos de direção na UNE.

A organização, assim como outras, também sofre perdas em seus quadros com exílios e “desaparecimentos políticos”, chegando a apresentar duas correntes, uma favorável e outra contra a luta armada. Entre 1968 e 1973, o maoísmo passa a ser a doutrina direcionadora das ações do grupo, que passa a adotar uma estratégia de “proletarização”, ou seja, de integrar seus membros, muitos oriundos da classe média, em circuitos de produção fabril, a fim que haja uma maior aproximação com o operariado e sua realidade. Esse contexto explicaria a entrada da AP em favelas, sobretudo se pensarmos nas diversas fábricas que existiam nos arredores do Borel.

O Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) surge de uma dissidência interna do PCB, ainda na conjuntura do pré-64<sup>12</sup>. Em seu primeiro momento, participou ativamente das ações da luta armada, como o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick. Com o aumento da repressão a partir de 1969, sucedem-se os exílios e os “desaparecimentos políticos”, colocando o grupo em uma situação crítica. Um setor do MR-8 se aproxima das teses da Política Operária (PO), caracterizadas pelo leninismo ortodoxo crítico das ações armadas e que pregava esforços políticos de aproximação com o operariado. Com a volta do exílio no Chile de parte de sua cúpula, a organização se rearticula pondo fim às ações armadas e optando pelo trabalho de base em sindicatos operários e militando em ações populares, se fortalecendo como ator pelas lutas democráticas. Após a anistia, em 1979, realiza de forma clandestina seu II Congresso, traçando diretrizes para o fortalecimento da “frente popular” com o MDB convertendo-se em um partido popular, com seus membros progressistas ditando as regras do partido. Desse modo, o MR-8 acaba por estabelecer um campo de disputas mais claro com o PCB.

Com relação à convivência entre esses grupos no Borel, primeiramente, gostaria de atentar para a posição ocupada pelo PCB. Esta era uma agremiação partidária mais antiga, criada em 1922, e com atuação no Borel desde os primórdios dos anos 1950. Muitos dos grupos de oposição à ditadura de 1964, inclusive, surgiram de dissidências do próprio PCB. Essa situação coloca os comunistas em uma posição diferente de assimilação pelos moradores do Borel perante as demais organizações que realizaram uma aproximação com a favela. Afinal, eles já possuíam uma atuação consolidada na área, o que lhes colocava em um posicionamento privilegiado em relação a grupos que ainda precisariam galgar zonas de atuação e legitimidade perante a população ante a qual se pretendia agir.

A fala de Fernanda, militante da AP, ilumina alguns aspectos nesse sentido (depoimento de Fernanda Carneiro, 05/11/2009):

Então eu fui de cara trabalhar no supletivo. (...). Era Ap e o outro era... mas bem e digamos assim próximo do Lira, Lira permitiu. O Lira era o contato e então era na associação de moradores que funcionava, nessa época tinha essa cooperação na base, isso sou eu interpretando e o Lira no caso era o presidente da associação.”

O trecho por mim destacado do depoimento de Fernanda serve para chamar atenção para algumas considerações, a partir da conceituação de Michel de Certeau sobre “tática” e “estratégia”. Para o pensador francês (CERTEAU, 2005, p. 46):

Denomino, (...), “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. (...). Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias.

O “próprio” ao qual se refere de Certeau pode ser interpretado como um posicionamento ocupado dentro de uma hierarquia de um determinado grupo social. Os condicionantes que garantem esse posicionamento podem resultar de diferentes fatores remetentes ao histórico de constituição e consolidação desse grupo e as hierarquizações resultantes desse processo. Desse modo, a “base de onde capitalizar seus proveitos” poderia se manifestar como o *status* privilegiado de um indivíduo ou grupo que lhe garantiria certas benesses com correspondentes na esfera material<sup>13</sup>.

Voltando ao trecho destacado do depoimento de Fernanda, gostaria de atentar para dois aspectos. O primeiro refere-se à “permissão de Lira” para o estabelecimento do curso supletivo implementado no Borel. O Lira a quem ela se refere se trata de José Batista Lira, uma das antigas lideranças residentes na favela, participante da UTF e com ligações no grupo do Partido Comunista, embora não se saiba se chegou a ser um filiado. O fato dele ocupar a presidência revela que o PCB possuía uma ascendência considerável sobre a Associação de Moradores, quadro que depois se reverte, conforme analisarei mais adiante. No entanto, por ser um grupo estabelecido há mais tempo, podemos observar algumas diferenças com a AP que revelam acesso a um “próprio” que lhes coloca em uma posição mais vantajosa. Primeiramente, as ligações com a própria Associação, estabelecidas diante do histórico de formação da mesma, o que lhes possibilita o alcance a um instrumento de mobilização e influência sobre os demais moradores da favela. Esse instrumento, além de lhes gerar uma certa legitimidade no local, lhes possibilita uma base física para sua atuação, a exemplo da sede da Associação.

No caso da AP, ela precisaria de um meio para “entrar” e se estabelecer na favela, conforme mostra o “contato próximo do Lira”, que permitiu o uso dessa sede para as atividades do supletivo, em um primeiro momento. A “permissão do Lira” possibilitou o acesso a um meio físico para sua atuação, além de lhe garantir uma certa legitimidade, pois se trata de uma liderança antiga do local. Porém, é necessário ter em mente a escala mais ampla do quadro político geral do país naquele período. Por mais que não estejamos mais tratando do momento de maior

repressão, entre os anos de 1969 e 1972, ainda estamos falando de um momento de restrições à atuação política. Essas organizações de oposição ainda se encontram na clandestinidade, ou seja, ocupam uma situação de considerável fragilidade para sua atuação, independente de qualquer outro fator.

A atuação do PCB, em comparação com os outros grupos, é vista da seguinte forma por Antônio Werneck: “Aí eu cheguei lá, eu cheguei lá e não tinha ninguém, tinha passado esse pessoal em 76, tinha passado “nêgo” como candidato do MR-8 em 76, o PC do B, mas não ficou ninguém, o Partido ficou, o Partido propôs uma associação de moradores e um médico, era Deus pra eles” (depoimento de Antônio Werneck, 3/09/2009). Esse depoimento caracteriza a relação dos comunistas como de fidelidade com esse local, uma vez que aponta outras organizações que tentaram estabelecer laços, fizeram promessas que não foram concretizadas, ao contrário do Partido Comunista, segundo essa visão. É lembrado o estímulo e a participação na associação desde os idos da UTF (“o partido propôs uma associação de moradores”), além da atuação no final da década de 1970, quando os comunistas auxiliaram na criação de um posto médico no qual o próprio Werneck trabalhou como médico. Ou seja, para esse antigo militante o “partido ficou”, e por isso era “Deus pra eles”. Essa é uma interpretação do passado que valoriza o grupo, com uma atuação mais tradicional e antiga, e as ações da qual o depoente fez parte.

Há uma visão entre os próprios militantes comunistas que reconhece que o convívio entre os grupos de esquerda possuía certos elementos complicadores, por mais que não apontasse para uma concorrência mais ferrenha que inviabilizasse a convivência entre eles (depoimento de Felipe Villas-Bôas, 29/10/2009): “(...) mais ou menos nos víamos não como inimigos, mas como adversários, ali, sabe, como se cada um... como se cada um precisasse ganhar um... no caso, um “espaço-zinho”. A memória do militante comunista Felipe corrobora as afirmações de Nísia Trindade sobre o convívio relativamente tenso, embora não implicasse para uma concorrência abertamente declarada.

A interpretação dessa situação à luz da noção de “tática” pode levar a algumas reflexões sobre a configuração dessa relação. Conforme já citado, estamos tratando de um período que ainda representa restrições a projetos oposicionistas, mesmo que não mais esteja em seu momento de maior endurecimento. Desse modo, não haveria espaços totalmente seguros para iniciativas contrárias à ordem vigente, ou seja, um “próprio” a partir do qual esses sujeitos pudessem articular e implementar essas propostas. De Certeau atenta que o sujeito que recorre à “tática” “tem cons-

tantemente que jogar com os acontecimentos”, ou seja, “captar no vôo” possibilidades de ganho” (DE CERTEAU, 2005, p. 47). Tal fator decorre, justamente, do fato deles não possuírem uma “base de onde capitalizarem seus ganhos” (DE CERTEAU, 2005, p. 46), o que revela o caráter fluido, e por isso precário, por vezes, de seu posicionamento em uma determinada conjuntura pela qual atravessa uma sociedade. Nesse caso, a concorrência aberta pelas poucas áreas de atuação possível não contribuiria para tornar ainda mais precária a condição desses atores? Não estaríamos diante de um caso em que seria melhor estabelecer um convívio com um virtual concorrente do que partir para a disputa declarada, o que poderia resultar em um enfraquecimento ainda maior em um quadro não muito favorável?

É interessante observar que a visão sobre o convívio entre esses grupos por parte da militante da AP, grupo que teve que buscar suas bases de consolidação em um local onde já existia uma organização estabelecida há mais tempo, apresenta uma tonalidade de conflito um pouco mais acentuada (depoimento de Fernanda, 05/11/2009):

Eles (militantes do PCB) olhavam pra gente com muita desconfiança, eu já falei isso um pouquinho com você. Eles não se abriam, não eram abertos. (...).O fechamento era do pessoal de lá. Porque a gente não tinha cabeça de arregimentações, depois é que começou a organização do PT<sup>14</sup>. E o PT começa quando, em 79. A gente ficou 2 anos. Eu não estava arregimentando pra AP.

O MR-8 parece encontrar dificuldades semelhantes, segundo a percepção de José Ivan, militante dessa organização que posteriormente chegaria à direção da Associação de Moradores. No entanto, é necessário atentar que o espaço de disputa estabelecido com o PCB seria diferente do caso da AP, uma vez que o MR-8 tenta o comando da própria Associação (depoimento de José Ivan, 24/04/2009):

José Ivan: O M-8 influenciou a gente a criar uma chapa e se embater. Acontece o seguinte, esta chapa teve que disputar com o eleitorado que só a situação tinha e aí está a diferença. Eu estava pedindo voto a todo mundo quando na verdade ninguém votava. Só votavam um grupo seleta e o que acontece, eu não tinha acesso a lista de votantes.

Mauro Amoroso: Quem era esse grupo seleta? Esse grupo seleta que você diz eram aqueles que pagavam mensalidade?

José Ivan: E escolhido pela situação.

Por “situação”, Ivan se refere aos militantes do Partido Comunista, possuidores de maioria na Associação desde os anos 1950. A entrada do MR-8 na cena política do Borel se dá no já mencionado contexto de aumento de disputa com os comunistas, quando o primeiro oficializa seu apoio à “frente popular”, intensificando sua participação junto aos ditos “meios operários”. Nesse período, a disputa ocorre igualmente na FAFERJ, que viria a ser assumida por Irineu Guimarães, ligado ao MR-8 e uma das principais influências de José Ivan, conforme citado em seu depoimento. Essa disputa é colocada por Armando Sampaio da seguinte forma:

Nós só entrávamos em disputa quando era... em dois momentos, basicamente. No MDB, onde se disputava uma participação lá dentro, e formas de visões diferentes de encarar as coisas, (...) em geral nós tínhamos mais para uma política democrática, uma política de frente democrática (...). E, é, outro momento também em que a gente se encontraria em atrito era na Federação de Favelas do Rio de Janeiro, a FAFERJ, onde o MR-8 tinha uma grande participação, nós tínhamos uma razoável participação, aí tinham várias zonais, a FAFERJ tinha zonais por áreas, e tinha a FAFERJ como um todo, que o presidente na época até era o Irineu, que era do MR-8. Mas nós tínhamos participação lá dentro também.

Essa diferença da retórica sobre a forma como deveria ocorrer o combate à ditadura também é colocada por Antônio Werneck, assim como a FAFERJ como um território mais influenciado pelo MR-8 (depoimento de Antônio Werneck, 3/092009):

(...) é essa coisa da FAFERJ, quando a gente levou essa moçada pra FAFERJ eles tiveram contato com o MR-8, que eles não tinham ainda, e pode ser que ele(s) tenha(m) gostado mais, assim, do espírito, né, que o MR-8 falava, de glória, de “não-sei-das-quantas”, de um milhão na rua, essa coisa assim, pode ser que essa ilusão aí desse discurso tenha atraído mais o cara (...).

A postura mais incisiva do MR-8, de acordo com a caracterização tanto de Werneck quanto de Sampaio, poderia ter um maior atrativo para os militantes mais jovens, segundo a avaliação deste último. A passagem citada de Werneck diz respeito a um comentário dele sobre a entrada de José Ivan, que começa sua vida política no final da década de 1970 com apenas 17 anos, no MR-8, o que mais uma vez levanta possibilidades interpretativas embasadas na noção de “geração” (SIRINELLI, 2005). Contudo, mesmo a colocação de ambos os comunistas da FAFERJ como território

do MR-8, é possível notar a participação de indivíduos ligados ao PCB em sua diretoria, como é o caso de José Batista Lira, do Borel, o que revela a necessidade de não se interpretar essas virtuais barreiras de atuação como intransponíveis<sup>15</sup>. Essa questão geracional pode ser percebida no quadro mais amplo da prática política em associações de moradores de favelas, de acordo com o que Mário Brum se refere como “novo associativismo”. Esse grupo que começava a ocupar cargos de direção nessas entidades classifica a postura de seus antecessores, muitas vezes, como um tipo de associativismo “atrelado ao Estado, às políticas clientelistas e que não buscava uma transformação efetiva da realidade do favelado” (BRUM, 2006, p. 79).

Conforme já abordado, houve uma certa resistência dos militantes mais antigos do PCB à atuação desses novos grupos. No entanto, é possível notar que muitos jovens se envolveram na vida associativa a partir dessas novas formas de manifestação, como é o caso da AP, que utilizava atividades recreativas e educacionais. Antônio Werneck chega a comentar o fato (depoimento de Antônio Werneck, 3/092009):

o partido e a AP tinham uma convivência muito interessante, não é, a gente fazia as festas juntos, fazia as coisas juntos, teve uma ... teve uma mobilização pra ir, é... exigir lá do governo do estado em 78 a subida até a caixa d'água, acabar a estrada, e aí foi todo mundo fazer o movimento junto, né, esses meninos eram meninos elétricos, teve um momento de teatro, Cineclube, que eram muito juntos

Nesse caso, Werneck se refere a ala mais jovens de militantes pcbistas, os “meninos elétricos”, que se interessavam pelo formato das atividades desenvolvidas pela AP. Em sua memória sobre essa questão, Fernanda coloca que conseguiu superar o estranhamento da “velha guarda” a partir da participação dessa nova geração de moradores, sem abandonar sua metodologia de aproximação e mobilização comunitária, conforme conta através da seguinte história (depoimento de Fernanda Carneiro, 05/11/2009):

(...) então tivemos a idéia de fazer um teatro pra pegar eles na armadilha. Perguntamos: quem quer fazer teatro? A gente quer fazer uma peça 21 de abril e aí todos os adolescentes levantaram a mão. Aí fiz uma pesquisa com meu irmão que era professor de Português de lá e trabalhava com teatro, depois ele cursou UNI-RIO e tudo. Fizemos um texto com pesquisa, tudo engajado e apresentamos a peça que foi maravilhosa e a nossa apresentação no Borel foi com essa peça que “neguinho” caiu o queixo, tanto a diretoria quanto os familiares.

No entanto, devem ser mantidas ressalvas em relação a quanto “caiu o queixo, tanto a diretoria quanto os familiares”, afinal, a convivência detentora de um certo clima tenso pôde ser percebida por Nísia Trindade em 1982. Uma possibilidade interpretativa com relação à ala mais jovem dos militantes pcbistas pode ser construída a partir da maior liberdade de fluxo que eles possuíam entre os diversos grupos. Devido a ligações familiares e de vizinhança, tinham entrada no setor mais tradicional ligado à associação. Pelo interesse nas atividades culturais e educativas desenvolvidas principalmente pela AP, teriam acesso a esse outro grupo. Essa situação pode levar a um entendimento de uma maior amenidade entre essas organizações de esquerda, conforme presente na memória de Mirian Gonçalves, uma das jovens militantes do PCB à época: “(...) mas não sentia nada dessa coisa de: vamos lotear isso aqui, isso aqui é do PCB. Eu não percebia isso.” (depoimento de Mirian Gonçalves, 23/09/2009).

Conforme visto, uma das características do imaginário político presente nas eleições de 1982 foi o desejo pelo novo, de algo que fosse dissociado do regime militar e de práticas a ele associada, como o clientelismo apregoadado ao estilo operacional de Chagas Freitas. Esse viés interpretativo serve inclusive, dentre outros fatores, para justificar a vitória de Brizola, visto como representante de uma posição nova, não desvirtuada por velhos vícios (SENTO-SÉ, 1999, SARMENTO, 2008). Esse desejo pode ser percebido igualmente no movimento associativo de favelas e dos agentes que buscavam a renovação de seu *modus operandi* (BRUM, 2006).

Podemos identificar essas manifestações no comportamento dos militantes que atuaram no Borel nessa época. Desse modo, eram buscados outros canais de atuação além da Associação, sem que necessariamente se negasse esta. Um exemplo é o grupo da “Folha do Borel”, um jornal comunitário independente que circulou na favela durante a década de 1980, em moldes semelhantes à iniciativa do grupo ECO do Santa Marta. Seu objetivo era promover informações que seriam do interesse dos moradores, fomentando debates políticos, de uma esfera mais ampla aos problemas de infra-estrutura urbana referentes ao morro. Felipe Villas Boas, um dos envolvidos na elaboração da “Folha” relembra a questão da seguinte forma: “na associação do Borel, eles não tinham uma vida no asfalto, uma relação no asfalto, as pessoas da associação, porque o pessoal da Folha do Borel não era da associação, a associação é do pessoal mais velho, um pessoal mais fechado (...)” (depoimento de Felipe Villas Boas, 29/09/2009). Assim, notamos mais uma vez a questão das diferenças de postura e formas de mobilização entre grupos de perfis etários diferentes.

É preciso ter em vista que os estranhamentos presentes na convivência entre grupos de distintos perfis nesse período resultam de uma conjugação de diferenças de extrato social aliadas à questão geracional. Muitas pessoas de “classe média” desenvolviam algum trabalho, embasados pelos objetivos de um projeto político oposicionista, na favela nessa época, sejam prestando serviços médicos, como foi o caso de Antônio Werneck, seja prestando serviços na área educacional, como foi o caso de Fernanda, ou até na participação em grupos que desenvolviam atividades culturais e recreativas, como foi o caso de Felipe na “Folha do Borel”, que também foi responsável por um cineclube na área. Essa presença “de fora” causou algum impacto nas lideranças locais, a exemplo de José Ivan (depoimento de José Ivan, 24/04/2009):

Tinha 85 pessoas de classe média atuando no Borel politicamente. Cada um de uma forma como professor como médico e eu perguntava : o que vocês fazem aqui? Eu queria entender isso, aí depois e certamente eles eram muito organizados, fizeram uma reunião entre eles e saíram, porque não faria sentido 85 universitários participando de disputas, fazendo grupos, pra atuar dentro na questão geral, não era questão da associação.

Alguns comentários merecem ser feitos com relação a essa passagem. De acordo com as entrevistas realizadas com as “pessoas de classe média”, em nenhum momento foi detectado alguma postura de atuar diretamente na Associação. É claro que elas faziam partes de grupos políticos que notoriamente tinham um projeto de manter alguma influência nesses espaços, como foi o caso do PCB, mas seus cargos deveriam ser ocupados por moradores. A saída dessas pessoas só foi ocorrer a partir do final da década de 1980, e envolve motivos diversos, dos pessoais aos políticos, como a constituição de família ou o abandono da militância. No entanto, é interessante perceber na visão desse ator a separação de esferas, valorizando o papel da Associação na atuação política, e colocando as atividades desenvolvidas por esses sujeitos como “não sendo questão da associação”. Tal declaração também pode ser interpretada como uma forma de ler aquele espaço como exclusivamente de moradores.

### **Considerações finais**

Segundo Henry Lefebvre, um dos vetores de significação do espaço urbano é o urbanismo, entendido como prática reflexiva de planejamento das cidades. No entan-

to, o ato de planejar deve ser encarado como político e estratégico, configurando um “saber-fazer”. Planejar significa selecionar, e portanto, ignorar, certos aspectos a partir de uma realidade dada, e, portanto, jamais pode ser encarado como neutro<sup>16</sup>. Partindo dessa perspectiva, o pensador francês estabelece a noção de “direito à cidade”, entendida como uma realidade global que transcende escalas de macro (“o urbano”) e micro (“o bairro”). Assim, os “cidadãos”, entendidos como sujeitos de direitos<sup>17</sup>, devem ser considerados como todos os “cidadinos”. Os grupos sociais nos quais eles se inserem figuram sobre redes e circuitos de comunicação, informação e trocas, o que depende de uma centralidade, considerada como um espaço de encontros entre objetos e sujeitos.

Esses padrões de relacionamento e seu espaço de ocorrência são entendidas como o “urbano”, que a passa a ser visto como uma forma relacional, e não apenas como o espaço, ainda que considerado como “não-neutro”, da cidade. Portanto, excluir grupos sociais dessa centralidade e suas relações é violar o “direito à cidade”, cujo um dos aspectos é reunir em uma centralidade espaço-temporal, em lugar da fragmentação (LEFEBVRE, 2001). Ainda sobre a cidade, de Certeau aponta o que ele chama de “práticas e saberes microbianos”, ou seja, não-programados, não-controlados, não-previstos, que se reforçam mesmo com as tentativas do sistema urbanístico de gerir e eliminar tais posturas “não-planejadas”. Tratam-se de “criatividades sub-reptícias” e “resistências cotidianas” que se reproduzem na lógica vigilante e conservadora, apesar de seis instrumentos de normatização, controle, vigilância e, por vezes, tentativas de erradicação. Com isso, é chamada atenção para a necessidade de se compreender o papel para as práticas de resistência políticas e culturais do cotidiano (DE CERTEAU, 2005, p. 172-175).

À luz de tais acepções, é interessante notar o comportamento do eleitorado nas eleições de 1982. Nesse período, 48% dos eleitores do estado do Rio de Janeiro residiam na cidade do Rio de Janeiro, sendo que 28,5% se localizavam na região metropolitana, estando os demais 23,5% presentes nos demais municípios do interior. Dos votos obtidos por Brizola, 63% se concentraram na cidade. Com relação a seus concorrentes, o PMDB e o PDS somaram pouco mais de 37% do total de votos para governador, essa proporção subindo para 47% na Baixada Fluminense, 67% no Vale do Paraíba, 70% na região serrana e 77% no norte do estado. Tal situação revela a importância do voto urbano para a vitória de Leonel Brizola (SOUZA; LIMA JUNIOR; FIGUEIREDO, 1985, p. 12-14).

O comportamento político do eleitorado da cidade não deve ser interpretado apenas a partir desses números. No caso do Borel, pôde ser observado formas próprias do fazer político a partir de uma configuração específica. As organizações oposicionistas que lá atuaram possuíam um projeto político amplo, e um de seus

vieses de tentativa de implementação foi a aproximação com setores da sociedade que eram tidos como “excluídos”, como os moradores de favela, o que justificaria sua entrada nesses espaços. Esse público eleito como alvo possuía suas formas de resistência, muitas delas “cotidianas” e “microbianas”, nos dizeres de de Certeau, como o ato de percorrer a favela distribuindo um jornal mimeografado, realizar atividades de cineclubes ou grupos de teatro. Essas atividades seguiam uma série de padrões comportamentais ditados por uma cultura urbana através do convívio entre agentes de diferentes extratos sociais nessas áreas, conforme a presença de membros da classe média, podendo chegar a causar algum estranhamento entre alguns moradores, como a prática de “mulheres beberem cerveja no bar da associação”.

Apesar das diferenças, a mobilização política local passava por reivindicações históricas dos movimentos de favelas, como o direito à permanência e melhorias de infra-estrutura urbana. Ou seja, pelo evitar da exclusão da centralidade da qual nos fala Henry Lefebvre. Nesse momento, esse processo reivindicatório passa por uma conjuntura nacional histórica específica, a luta pelas liberdades democráticas e o fim da ditadura, que coloca em cena certos sujeitos políticos, as organizações de esquerda opositoras ao regime de 1964. Esses atores estabeleceram uma convivência tática, à maneira de de Certeau, devido à fragilidade de sua condição política e institucional em um regime com restrições concretas às liberdades e às vozes politicamente contrárias. Essa convivência possuía elementos de tensão velada, afinal, tratam-se de grupos concorrentes e com percepções ideológicas próprias, e por vezes discordantes. No entanto, não se configura uma situação de disputa declarada, podendo levar a um quadro de hostilidades que enfraqueceria ainda mais a situação desses agentes.

## Referências

ABRANTES, Paulo Roberto de A. *Novo período de redemocratização: política de urbanização. O novo e o velho, 1974-1980*. In: VALLA, Victor (org.) *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro (1940-1985)*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1986.

BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: Edusp, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *A identidade e a representação*. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRUM, Mario Sergio Ignácio. *O povo acredita na gente: rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990*. Dissertação de mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2006.

BURGOS, Marcelo B. *Dos parques proletários ao favela-bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. In: ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

CAMURÇA, Marcelo Ayres; REIS FILHO, Daniel Aarão. *O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)*. Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB. In: FERREIRA, Jorge & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007. (coleção “As esquerdas no Brasil”, v. 3).

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 11ª ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2005.

CIAMBARELLA, Alessandra. *Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular*. In: FERREIRA, Jorge & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007. (coleção “As esquerdas no Brasil”, v. 3).

COSTA, Marcus de Lontra. *Favelas, Rio: a terceira cidade do Brasil*. Módulo. Rio de Janeiro: n. 57, fev. 1980.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GOMES, Manoel. *As lutas do povo do Borel*. Rio de Janeiro: Edições Muro, 1980.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2009.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1978.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Centauro, 2001.

LIMA, Nísia Trindade Verônica. *As eleições de 1982 em favelas do Rio de Janeiro*. In: VII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS). Caxambu: ANPOCS, 1983.

\_\_\_\_\_. *O movimento de favelados do Rio de Janeiro: políticas do Estado e lutas sociais*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGSCP-IUPERJ, 1989.

MARSHALL, T. H. *Cidadania e classe social*. In: *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1967.

MOTTA, Marly Silva da. *Mania de estado: o chaguismo e a estadualização da Guanabara*. *História Oral*. São Paulo: v. 3, 2000.

\_\_\_\_\_. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

SARMENTO, Carlos Eduardo; FREIRE, Américo. *Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 12, n. 24, 1999.

\_\_\_\_\_. *Entre o carisma e a rotina: as eleições de 1982 e o primeiro governo Brizola no Rio de Janeiro*. In: Marieta de Moraes Ferreira. (Org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ALERJ, 2008.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Fundação Roberto Marinho, 1995.

\_\_\_\_\_. ; GRYSZPAN, Mário. “Favelas e poder público: uma relação delicada”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

\_\_\_\_\_. (orgs.). *A favela fala: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

\_\_\_\_\_. A trajetória de Luiz Carlos Prestes. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007. (coleção “As esquerdas no Brasil”, v. 3).

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

SOUZA, Amaury de, LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de & FIGUEIREDO, Marcus. *Brizola e as eleições de 1982*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1985.

VALLADARES, Lícia. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1978.

### Depoimentos:

Depoimento de José Ivan, 24/04/2009.

Depoimento de Wilton Chaves, 10/08/2009.

Depoimento de Márcio Arnaldo, 15/08/2009.

Depoimento de Antônio Werneck, 3/09/2009.

Depoimento de Armando Sampaio, 21/09/2009.

Depoimento de Felipe Villas-Boas, 29/10/2009.

Depoimento de Fernanda Carneiro, 05/11/2009.

### Notas

1 Doutorando em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV. Bacharel e mestre em História pela UFF. amoroso.mauro@gmail.com

2 Para um maior entendimento do papel de Chagas Freitas na política fluminense ver SARMENTO; FREIRE, 1999 e MOTTA, 2000, além do clássico DINIZ, 1982.

- 3 Sobre as remoções das décadas de 1960 e 1970 ver PERLMAN, 1977, VALLADARES, 1977 e LEEDS; LEEDS, 1978.
- 4 No entanto, o recrudescimento da repressão observada sobretudo após 1969 também deve ser uma das condicionantes a serem consideradas e somadas ao quadro descrito por Burgos.
- 5 Leonel Brizola participou da disputa pelo uso do legado partidário de Vargas, no que não foi bem-sucedido e acabou por criar sua própria legenda (SENTO-SÉ, 1999).
- 6 Grupo de intelectuais e militantes de esquerda ligados a organizações clandestinas que se vinculavam ao PMDB, e que exerceram grande influência sobre o candidato na fase final de sua candidatura, quando houve uma tentativa de desvinculação da figura de Chagas Freitas e de seus significados para o eleitor fluminense (MOTTA, 2004).
- 7 A Companhia de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM) foi criada em 1968 para coordenar os diferentes órgãos que de alguma estavam envolvidos com as políticas voltadas para as favelas. Seu objetivo foi erradicar todas as favelas do Rio de Janeiro até 1976 (PERLMAN, 1977). Embora não tenha alcançado tal meta, é válido frisar que entre 1968 e 1975 foram removidas aproximadamente 60 favelas atingindo cerca de 100 mil pessoas (PANDOLFI; GRYNSZPAN, 2002, p. 245)
- 8 Grupo de moradores dessa favela surgido no final dos anos 1970 que desenvolve uma série de atividades educativas e culturais.
- 9 Secretária de Serviço Social do governo de Carlos Lacerda (1960-1965), atuou nas remoções de favelas nesse período. Também foi a primeira presidente do Banco Nacional de Habitação. Seu depoimento consta em FREIRE; OLIVEIRA, 2002.
- 10 Isto não quer dizer necessariamente que sejam os únicos grupos que estiveram presentes, os entrevistados afirmaram a existência de outros no local, ou até mesmo os realmente majoritários. No entanto, não consegui localizar representantes de outras organizações de oposição do período.
- 11 As considerações sobre a AP aqui estabelecidas foram integralmente retiradas de CIAMBARELLA, 2007.
- 12 As considerações sobre o MR-8 aqui estabelecidas foram integralmente retiradas de CAMURÇA; REIS FILHO, 2007.
- 13 Sobre as relações entre o simbólico e o material decorrentes dos posicionamentos ocupados em uma determinada hierarquia de um grupo social ver: BOURDIEU, 1989.
- 14 Muitos militantes da AP migram para o Partido dos Trabalhadores (PT) quando a primeira encerra suas atividades (CIAMBARELLA, 2007), como foi o caso de Fernanda.
- 15 Essa afirmação é baseada em uma entrevista de Irineu Guimarães a Marcos de Lontra Costa, da qual participou José Batista Lira na condição de secretário de divulgação e membro do conselho fiscal da FAFERJ. Ver: COSTA, 1980.
- 16 De Certeau conclui de forma semelhante a Lefebvre sobre esse assunto (CERTEAU, 2005).
- 17 Para o entendimento sobre os debates acerca da idéia de cidadania ver: MARSHALL, 1967, BENDIX, 1996 e HUNT, 2009.

Recebido em setembro de 2010, aceito para publicação em novembro de 2010.